



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3807

Projeto “Ligação de Resiliência Ervidel-Sado”

julho de 2025

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3807
Projeto Ligação de Resiliência Ervidel-Sado

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: julho de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

ANEXO

- Exposições Recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Projeto Ligação de Resiliência Ervidel-Sado.”

O proponente do Projeto é a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 30 dias úteis, de 05 de junho a 18 de julho de 2025.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
 - Câmara Municipal de Aljustrel.
 - Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da consulta pública foram recebidas 3 exposições com a seguinte proveniência:

- Direção-Geral do Território (DGT).
- Associação de Beneficiários do Roxo – ABRoxo.
- 1 Cidadão.

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Direção-Geral do Território (DGT)

Informa:

Rede Geodésica: Da análise da localização do Projeto de Ligação de Resiliência Ervidel-Sado, verificou que este Projeto não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP). O Projeto, não constitui impedimento para as atividades geodésicas, desenvolvidas pela Direção-Geral do Território (DGT).

2 - Cartografia: A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, conforme o estipulado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos: A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

O parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento do referido na Cartografia e nos Limites Administrativos.

Associação de Beneficiários do Roxo - ABRoxo

A Associação de Beneficiários do Roxo, entidade responsável pela gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Roxo, em face das muitas dúvidas quanto aos objetivos do projeto em apreço, que desta forma apresenta a sua avaliação em complemento ao que anteriormente apresentou à empresa Projetista.

Assim no **Volume 1 – Peças Escritas Tomo 1 – Capítulos Introdutórios Pág. 11 e 12.**

Não entendem a argumentação apresentada na página 11, no Ponto 2.1.

Objetivos e Justificação do Projeto, pelo que solicitam a correção dos pontos:

a) Não é possível justificar esta Obra devido à paragem que a ABRoxo efetua anualmente para a conservação/manutenção, já que o tempo de paragem associado à manutenção do CCG do Roxo é em média de 4 dias, não comprometendo por isso o “**fornecimento de água nos perímetros do EFMA localizados a jusante do R1 do Roxo-sado (nó do Xacafre)**”. A este respeito o que pode impossibilitar a paragem no fornecimento a jusante do R1 é a própria EDIA, que em média necessita de um longo período para a manutenção do seu sistema primário;

b) Desde o ano de 2016 que o Roxo distribui água para o sistema Roxo-Sado, não havendo o registo do volume distribuído anualmente para o Roxo e para o Roxo-Sado, ter atingido, em nenhum momento, **metade da capacidade de vazão máxima do Canal Condutor Geral do Roxo (12,6m³/s)**;

c) A obra em questão pretende efetuar uma espécie de “by-pass” à albufeira do Roxo que possibilite satisfazer novas solicitações a jusante do R1. Porém, sem alterar o diâmetro da conduta atualmente instalada a jusante do R1, como é que se poderá concretizar tal objetivo?

Com as correções/premissas acima referidas, como é possível efetuar um investimento tão elevado para “concorrer” com outro em pleno funcionamento, canal Condutor Geral do Roxo, com capacidade de vazão e com um **historial de caudais circulantes que correspondem a menos de metade da sua capacidade máxima**.

Consideram que é necessário demonstrar como é que é possível, em termos hidráulicos, satisfazer os novos usos, a jusante do R1, sem aumentar o diâmetro da conduta existente a jusante do R1 e sem aumentar a capacidade do R1. Paralelamente é essencial justificar quais são as limitações de dimensionamento do sistema Penedrão-Roxo.

Relativamente ao constante na página 12 do documento, mencionam que não fica demonstrado que uma infraestrutura alternativa ao Roxo seja necessária, pelo que a consideramos desajustada face à total a operacionalidade atual do sistema.

Referem, ainda, que o custo que essa duplicação de funções e infraestruturas acarreta é inútil, quer em termos de investimento inicial quer da operação e da perda de eficiência na distribuição e redução da produção de energia hidroelétrica da Central que a EDIA possui à entrada da albufeira do Roxo, originando o seu subaproveitamento e aparente “irracionalidade” na gestão do investimento público.

Não concordam com os principais objetivos do projeto, mais concretamente com os seguintes pontos enunciados:

1. Não melhora a “**resiliência**”, apenas cria um “**bypasse**” ao Roxo;
2. Não melhora a qualidade da água dos reservatórios a jusante do R1, não existe relação de causa-efeito nem demonstração técnica;
3. Não reduz os volumes de água elevados nos Álamos, antes pelo contrário aumenta em mais 26hm³;
4. Não reduz “**as perdas de água no 1º Troço do CCG do Roxo**”, é tecnicamente errado a assunção de que as perdas serão diminuídas, antes pelo contrário, em termos percentuais as perdas irão aumentar. Mais uma vez o estudo apresentado “acha” que as perdas diminuem e não apresenta dados concretos nem demonstra tal “fenómeno”;
5. Não aumenta a eficiência global do sistema de Alqueva do EFMA, nem demonstra tal mais-valia, e não é mais do que um insulto à inteligência “achar” que mais um Reservatório, uma Câmara de Carga, uma Hidroelétrica e uma conduta de betão com 5.997m + 3.224m = 9.221metros, é mais eficiente do que a utilização do 1ºTroço do CCG do Roxo com distribuição de água de forma gravítica;
6. “**Aumentar a garantia de abastecimento a todas as áreas de rega do EFMA**”, como é possível “achar” que um troço de conduta com 9Km aumenta a garantia de “todas as áreas do EFMA”, enquanto a utilização do 1ºTroço do CCG do Roxo, com 4 vezes mais capacidade de vazão, é preterida por outra que oferece menos elas (cidade de gestão);

7. Não fica demonstrado com cálculos a afirmação de que **“ganha-se capacidade de gestão”** julgam que é intelectualmente desonesto a ausência total de rigor nesta afirmação, quando o que está em jogo é a substituição da capacidade de armazenamento da albufeira do Roxo, com 96hm³ de capacidade e uma tomada com 12,6m³/s, por uma conduta de 9km para um caudal máximo de 3,5m³/s.

Como conclusão referem:

- A proposta necessita de fundamentação técnica e ignora o potencial do sistema existente, demonstrando má integração de infraestruturas públicas e uso ineficaz dos recursos do Estado.
- Dada a gravidade e a falta da adesão à realidade do projeto proposto, iremos dar início a diligências junto da Autoridade Nacional do Regadio, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Ambiente, no sentido de obter mais explicações e justificações para este investimento público, sobretudo quando existem infraestruturas a funcionar plenamente e de acordo com os objetivos.

O cidadão refere que concorda com o Projeto em avaliação.

ANEXO

Exposições Recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Ligação de Resiliência Ervidel - Sado
Nome completo	Projeto de execução da ligação de resiliência ERVIDEL-SADO
Descrição	AIA3807 - Projeto de execução da ligação de resiliência ERVIDEL-SADO
Período de consulta	2025-06-05 - 2025-07-18
Data de início da avaliação	2025-07-19
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Licenciamento Único de Ambiente
Sub-tipologia	
Código de processo externo	PL20241225011466
Entidade promotora do projeto	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	joao.clemente@apambiente.pt

Eventos

Documentos da consulta

LIGAÇÃO DE RESILIÊNCIA ERVIDEL-SADO	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b3a1a4ddb705db6e2c53175cd693a2f9
Anexos_GEOPACK AGES	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=edeb0b9ae651afbc38852a3a7c0bc785
LIGAÇÃO DE RESILIÊNCIA ERVIDEL - SADO	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9bc178eb8bcdb7dbd7e0876bc9772d13
Ligação de Resiliência Ervidel-Sado	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ffb1e8f8ef39a74b3d84d0c817e6dca0
LIGAÇÃO DE RESILIÊNCIA ERVIDEL-SADO	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d7d2198e8b45b14e75986d9c8c3861ac

A

02_RelTec_V2_Quercineas

02_RelTec_V2_Quercineas.pdf

Rel_ElementosAdicionais_vf

Rel_ElementosAdicionais_vf.pdf

Nº Participações

2

Nº Seguidores

3

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância

1

Discordância

1

Geral

0

Proposta concorrente

0

Reclamação

0

Sugestão

0

Participações

ID 86595 Carlos Marques em 2025-07-18

Comentário:

Em anexo a participação da Associação de Beneficiários do Roxo.

Anexos: 86595_Participação ABROXO_Ligação de Resiliência Ervidel_2.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 86238 Renato Augusto Reis em 2025-07-11

Comentário:

Ok

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
APA
Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa refª/Our ref.:
DSGCIG-DGeod

Of. Nº:
S-DGT/2025/2802
16-06-2025

Sua refª/Your ref.:
E-mail de 04/06/2025
Ofício Circular S033006-202506-DCOM.DCA de 02/06/2025

Assunto: AIA 3807 - Projeto “Ligação de Resiliência Ervidel-Sado”.

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada no Portal Participa, temos a informar o seguinte:

1 - Rede Geodésica

Da análise da localização do Projeto de Ligação de Resiliência Ervidel-Sado, verificou-se que este não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Sendo assim, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território (DGT).

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação.

A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

4 - Conclusão

O parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e
3. Limites Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica

Assinado por: **PAULO MANUEL GASPAR PATRÍCIO**
Num. de Identificação: 09564359
Data: 2025.06.17 14:50:22+01'00'



Esta participação é efectuada em nome da **Associação de Beneficiários do Roxo**, entidade responsável pela gestão do **Aproveitamento Hidroagrícola do Roxo**, em face das muitas dúvidas quanto aos objectivos do projecto em apreço, que desta forma apresenta a sua avaliação em complemento ao que anteriormente apresentou à empresa Projectista.

Assunto: Projeto de Execução da Ligação de Resiliência Ervidel-Sado Estudo de Impacte Ambiental Consolidado Relatório. Volume 1 – Peças Escritas Tomo 1 – Capítulos Introdutórios Pág. 11 e 12.

Desde logo não entendemos a argumentação apresentada na página 11, no Ponto 2.1 - Objectivos e Justificação do Projecto, e pelo que solicitamos a correcção dos pontos que de seguida apresentamos:

- a) Não é possível justificar esta Obra devido à paragem que a ABRoxo efectua anualmente para a conservação/manutenção, já que o tempo de paragem associado à manutenção do CCG do Roxo é em média de 4 dias, não comprometendo por isso o **“fornecimento de água nos perímetros de do EFMA localizados a jusante do R1 do Roxo-sado (nó do Xacafre)”**. A este respeito o que pode impossibilitar a paragem no fornecimento a jusante do R1 é a própria EDIA, que em média necessita de um longo período de tempo para a manutenção do seu sistema primário;
- b) Desde o ano de 2016 que o Roxo distribui água para o sistema Roxo-Sado, não havendo o registo do volume distribuído anualmente para o Roxo e para o Roxo-Sado, ter atingido, em nenhum momento, **metade da capacidade de vazão máxima do Canal Condutor Geral do Roxo (12,6m³/s)**;
- c) A obra em questão pretende efectuar uma espécie de “by-pass” à albufeira do Roxo que possibilite satisfazer novas solicitações a jusante do R1. Porém, sem alterar o diâmetro da conduta actualmente instalada a jusante do R1, como é que se poderá concretizar tal objectivo?

Com as correções/premissas acima referidas, como é possível efectuar um investimento tão elevado para “concorrer” com outro em pleno funcionamento, canal Condutor Geral do Roxo, com capacidade de vazão e com um **historial de caudais circulantes que correspondem a menos de metade da sua capacidade máxima**.

Consideramos que é necessário demonstrar como é que é possível, em termos hidráulicos, satisfazer os novos usos, a jusante do R1, sem aumentar o diâmetro da conduta existente a jusante do R1 e sem aumentar a capacidade do R1. Paralelamente é essencial justificar quais são as limitações de dimensionamento do sistema Penedrão-Roxo.

Relativamente ao constante na página 12 do documento em apreço, temos a referir que não fica demonstrado que uma infraestrutura alternativa ao Roxo seja necessária, pelo que a consideramos desajustada face à total operacionalidade actual do sistema. Mais, e o custo que essa duplicação de funções e infraestruturas acarreta é inútil, quer em termos de investimento inicial quer da operação e da perda de eficiência na distribuição e redução da produção de energia hidroeléctrica da Central que a EDIA possui à entrada da albufeira do Roxo, originando o seu subaproveitamento e aparente “irracionalidade” na gestão do investimento público. Não podemos concordar com os principais objectivos do projecto, mais concretamente com os seguintes pontos enunciados:

- 1. Não melhora a **“resiliência”**, apenas cria um **“bypasse”** ao Roxo;
- 2. Não melhora a qualidade da água dos reservatórios a jusante do R1, não existe relação de causa-efeito nem demonstração técnica;

3. Não reduz os volumes de água elevados nos Álamos, antes pelo contrário aumenta em mais 26hm³;
4. Não reduz **“as perdas de água no 1º Troço do CCG do Roxo”**, é tecnicamente errado a assunção de que as perdas serão diminuídas, antes pelo contrário, em termos percentuais as perdas irão aumentar. Mais uma vez o estudo apresentado “acha” que as perdas diminuem e não apresenta dados concretos nem demonstra tal “fenómeno”;
5. Não aumenta a eficiência global do sistema de Alqueva do EFMA, nem demonstra tal mais-valia, e não é mais do que um insulto à inteligência “achar” que mais um Reservatório, uma Câmara de Carga, uma Hidroelétrica e uma conduta de betão com $5.997\text{m} + 3.224\text{m} = 9.221\text{metros}$, é mais eficiente do que a utilização do 1º Troço do CCG do Roxo com distribuição de água de forma gravítica;
6. **“Aumentar a garantia de abastecimento a todas as áreas de rega do EFMA”**, como é possível “achar” que um troço de conduta com 9Km aumenta a garantia de “todas as áreas do EFMA”, enquanto a utilização do 1º Troço do CCG do Roxo, com 4 vezes mais capacidade de vazão, é preterida por outra que oferece menos elasticidade de gestão;
7. Não fica demonstrado com cálculos a afirmação de que **“ganha-se capacidade de gestão”** julgamos que é intelectualmente desonesto a ausência total de rigor nesta afirmação, quando o que está em jogo é a substituição da capacidade de armazenamento da albufeira do Roxo, com 96hm³ de capacidade e uma tomada com 12,6m³/s, por uma conduta de 9km para um caudal máximo de 3,5m³/s.

Por último consideramos que esta proposta de projecto revela a incapacidade de integração de infraestruturas hidráulicas eficientes, geridas pela EDIA ou pela ABROXO, e que indicia aparente desnorte e descontrolo do processo de decisão de projectos e obras pagas com os recursos financeiros do Estado Português.

Dada a gravidade e a falta da adesão à realidade do projecto proposto, iremos dar início a diligências junto da Autoridade Nacional do Regadio, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Ambiente, no sentido de obter mais explicações e justificações para o aparente “desbaratar” do investimento público, sobretudo quando existem infraestruturas a funcionar plenamente e de acordo com os objectivos.

Finalmente, e a título de informação, a palavra **resiliência** apesar poder significar a capacidade de superar e de recuperar de adversidades, tem a sua origem no latim e o seu significado literal é **resilire** ou “saltar para trás”, este significado adequa-se, de facto, ao conceito sobre o qual o projecto está baseado, ou seja, um retrocesso em relação ao actual sistema um “voltar a trás”.